



REGULAMENTO DE COMPETIÇÕES E FILIAÇÕES

Federação Portuguesa de Xadrez

Aprovado a 31 de agosto de 2013

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
ARTIGO 1 - (Âmbito de aplicação).....	3
ARTIGO 2 - (Época).....	3
PARTE II - COMPETIÇÕES	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
ARTIGO 3 - (Competições)	3
ARTIGO 4 - (Princípios)	3
ARTIGO 5 - (Participantes)	3
ARTIGO 6 - (Escalões Etários)	3
ARTIGO 7 - (Condições de reconhecimento de títulos).....	4
ARTIGO 8 - (Associações Territoriais).....	4
ARTIGO 9 - (Provas oficiais e calendário das competições).....	4
ARTIGO 10 - (Provas oficializadas)	4
ARTIGO 11 - (Natureza das competições)	5
CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES	5
ARTIGO 12 - (Órgãos de competição).....	5
ARTIGO 13 - (Entidade Organizadora)	5
ARTIGO 14 - (Direcção de Prova)	5
ARTIGO 15 - (Arbitragem)	5
ARTIGO 16 - (Fiscalização)	5
CAPÍTULO III - FUNCIONAMENTO DAS COMPETIÇÕES	6
ARTIGO 17 - (Regras de jogo).....	6
ARTIGO 18 - (Regulamento da competição)	6
ARTIGO 19 - (Participantes)	6
ARTIGO 20 - (Filiação).....	7
ARTIGO 21 - (ELO)	9
ARTIGO 22 - (Número de jogadores de uma equipa)	10
ARTIGO 23 - (Membro da Direcção de Prova e da Arbitragem)	10
ARTIGO 24 - (Inscrição nas competições).....	11
ARTIGO 25 - (Capitão de equipa).....	11
ARTIGO 26 - (Constituição das equipas para um encontro)	11
ARTIGO 27 - (Alteração do calendário das competições).....	12
ARTIGO 28 - (Uso do relógio).....	12
ARTIGO 29 - (Exclusão e desistência dos participantes).....	12
ARTIGO 30 - (Classificação final)	13
ARTIGO 31 - (Desempates).....	13
ARTIGO 32 - (Relatórios das sessões e relatório da competição)	14
ARTIGO 33 - (Comunicação de resultados)	15
CAPÍTULO IV - Competições dos Clubes	15
ARTIGO 34 - (Oficialização de provas dos Clubes).....	15
CAPÍTULO V - COMPETIÇÕES DISTRITAIS/REGIONAIS	15
ARTIGO 35 - (Competições Distritais/Regionais)	15
ARTIGO 36 - (Calendário).....	16
CAPÍTULO VI - COMPETIÇÕES NACIONAIS	16
ARTIGO 37 - (Competições Nacionais)	16
ARTIGO 38 - (Campeonato Nacional Individual Absoluto)	17
ARTIGO 39 - (Torneio Nacional de Mestres).....	17
ARTIGO 40 - (Campeonato Nacional Feminino)	17



REGULAMENTO DE COMPETIÇÕES
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ
Aprovado a 31 de agosto de 2013

ARTIGO 41 - (Campeonato Nacional de Veteranos)	17
ARTIGO 42 - (Campeonatos Nacionais de Jovens)	18
ARTIGO 43.A - (Campeonato Nacional por Equipas – Época transição 2013/2014)	18
ARTIGO 43.B - (Campeonato Nacional por Equipas – Época 2014/2015)	20
ARTIGO 44 - (Inscrições de equipas no Campeonato Nacional por Equipas)	21
ARTIGO 45 - (Organização do Campeonato Nacional por Equipas)	21
ARTIGO 46 - (Taça de Portugal por Equipas)	22
ARTIGO 47 - (Super Taça)	22
ARTIGO 48 - (Restantes Campeonatos Nacionais)	22
ARTIGO 49 - (Método de determinação de proporcionalidades)	23
ARTIGO 50 - (Método de atribuição de apoios nos Campeonatos Nacionais de Jovens)	23
ARTIGO 51 - (Divulgação dos regulamentos das competições)	23
ARTIGO 52 - (Substituições).....	24
ARTIGO 53 - (Candidatura à organização e realização de competições)	24
CAPÍTULO VII - HOMOLOGAÇÃO DAS COMPETIÇÕES	24
ARTIGO 54 - (Homologação das competições).....	24
ARTIGO 55 - (Processo de homologação)	24
PARTE III - TÍTULOS	25
ARTIGO 56 - (Títulos atribuídos em competições)	25
ARTIGO 57 - (Título de Mestre Nacional)	25
PARTE IV - DISPOSIÇÕES FINAIS	26
ARTIGO 58 - (Protestos)	26
ARTIGO 59 - (Recursos)	26
ARTIGO 60 - (Alterações e revisão deste Regulamento)	26
ARTIGO 61 - (Entrada em vigor).....	27
ARTIGO 62 - (Revogação dos regulamentos anteriores).....	27



PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1 - (Âmbito de aplicação)

1. O presente Regulamento refere-se à modalidade de Xadrez sobre o tabuleiro e aplicar-se-á obrigatoriamente às competições que se realizarem em território nacional, com excepção das que forem organizadas por delegação da FIDE.

ARTIGO 2 - (Época)

1. Entende-se por época o período que decorre de 15 de outubro a 14 de outubro do ano seguinte.
2. As actividades do xadrez estritamente escolar podem organizar-se no quadro do início do ano lectivo, que ocorre normalmente durante a primeira quinzena de Setembro.

PARTE II - COMPETIÇÕES

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 3 - (Competições)

São competições todas as provas oficiais e oficializadas.

ARTIGO 4 - (Princípios)

1. As competições organizadas com vista à atribuição de títulos nacionais ou outros de carácter oficial, bem como as destinadas a apurar os jogadores ou clubes desportivos que poderão representar o País em competições internacionais, devem obedecer aos seguintes princípios:
 - a) Liberdade de acesso de todos os agentes desportivos e clubes com sede em território nacional que se encontrem regularmente filiados na FPX e preencham os requisitos de participação por ela definidos;
 - b) Igualdade de todos os jogadores no desenvolvimento da competição, sem prejuízo dos escalonamentos estabelecidos com base em critérios exclusivamente desportivos;
 - c) Publicidade dos regulamentos próprios de cada competição, bem como das decisões que os apliquem, e, quando reduzidas a escrito, das razões que as fundamentam;
 - d) Imparcialidade e isenção no julgamento das questões que se suscitarem em matéria técnica e disciplinar.
2. As designações a utilizar devem ser distintas para as competições nacionais, regionais ou distritais, sem prejuízo da utilização de outras designações complementares decorrentes de compromissos publicitários ou de patrocínio.

ARTIGO 5 - (Participantes)

São participantes os clubes e jogadores filiados na FPX.

ARTIGO 6 - (Escalões Etários)

1. Em cada época, respeitar-se-ão as normas definidas pela FIDE para os escalões etários. A FPX divulgará, no caso da existência de alterações, a definição dos vários escalões etários para essa época, com pelo menos dois meses de antecedência.



ARTIGO 7 - (Condições de reconhecimento de títulos)

1. As competições organizadas pela FPX, ou no seu âmbito, que atribuam títulos nacionais ou territoriais, disputam-se em território nacional.
2. As competições colectivas referidas no número anterior são disputadas por clubes com sede em território nacional e só podem ser atribuídos títulos, nas provas individuais, a cidadãos nacionais.

ARTIGO 8 - (Associações Territoriais)

1. As organizações de Clubes (Associações Territoriais) com funções de organização, disciplina e promoção da modalidade na sua área de intervenção exercem tais funções por delegação da Federação Portuguesa de Xadrez em que se inserem. Assim sendo, todas estão sujeitas às orientações providas da Federação e esta tem os meios necessários para fazer valer as suas orientações.
2. As Associações de Clubes devem apresentar à FPX a documentação que dá suporte à sua criação e funcionamento legal, nomeadamente:
 - a) publicação dos estatutos no Diário da República;
 - b) titulares dos órgãos sociais, com datas das eleições, duração do mandato e cópia da acta da tomada de posse;
 - c) cópia do cartão de identificação de pessoa colectiva.
3. Os Clubes devem apresentar à FPX a documentação que dá suporte à sua criação e funcionamento legal, nomeadamente:
 - a) publicação dos estatutos no Diário da República;
 - b) titulares dos órgãos sociais ou equivalente, com datas das eleições, duração do mandato e cópia da acta da tomada de posse;
 - c) cópia do cartão de identificação de pessoa colectiva ou equivalente.
4. Os Clubes e as Associações devem assegurar o respeito pelo regime de incompatibilidades. É incompatível com a função de titular de órgão federativo: O exercício de outro cargo na mesma federação; A intervenção, directa ou indirecta, em contratos celebrados com a federação respectiva; Relativamente aos órgãos da federação ou da liga profissional, o exercício, no seu âmbito, de funções como dirigente de clube ou de associação, árbitro ou treinador no activo.

ARTIGO 9 - (Provas oficiais e calendário das competições)

1. Provas oficiais são as organizadas pela FPX ou pelas Associações Territoriais.
2. A Direcção da FPX deverá divulgar até dois meses antes do início da época, o calendário das competições por si organizadas. Cada Associação deverá divulgar e enviar à FPX o calendário das suas provas, até um mês antes do início da época, o qual deve evitar a sobreposição de competições associativas com competições federativas.
3. A FPX e as Associações poderão delegar noutras entidades a organização de provas oficiais do respectivo âmbito.
4. Todas as outras provas são particulares e oficializadas.

ARTIGO 10 - (Provas oficializadas)

1. As provas particulares organizadas pelos Clubes ou outras entidades reconhecidas pela FPX, poderão ser oficializadas desde que tenham sido cumpridos os requisitos organizativos que se prevêm no presente Regulamento.
2. Nas provas oficializadas todos os jogadores que nelas participem terão de estar filiados na FPX.



ARTIGO 11 - (Natureza das competições)

As competições são individuais ou colectivas.

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES

ARTIGO 12 - (Órgãos de competição)

1. São elementos de uma competição a Entidade Organizadora, a Direcção de Prova e a Arbitragem.
2. Todas as competições poderão ser fiscalizadas por delegado de qualquer organismo hierarquicamente superior à entidade organizadora.

ARTIGO 13 - (Entidade Organizadora)

Compete à Entidade Organizadora:

- a) elaborar e difundir o regulamento da prova;
- b) anunciar publicamente a sua realização;
- c) se for um Clube, requerer a oficialização e a homologação da prova;
- d) se for uma Associação, requerer a homologação da competição;
- e) divulgar, no início da prova, a relação individual ou colectiva (e neste caso a composição das equipas) dos inscritos;
- f) elaborar o relatório da competição.

ARTIGO 14 - (Direcção de Prova)

Compete à Direcção de Prova:

- a) garantir a existência de condições adequadas à prática do xadrez, durante toda a competição,;
- b) determinar os emparceiramentos;
- c) elaborar o relatório da competição.

ARTIGO 15 - (Arbitragem)

Compete à Arbitragem:

- a) desempenhar as funções que lhe são atribuídas pelas Regras de Jogo do Xadrez da FIDE;
- b) assinalar o início e o termo das sessões e dos períodos complementares e preparar e accionar os relógios no momento fixado para o começo ou continuação das partidas;
- c) nas competições colectivas, receber a constituição das equipas para cada sessão;
- d) registar os resultados finais das partidas.

ARTIGO 16 - (Fiscalização)

1. O delegado de um organismo com competência para fiscalizar uma competição, ao ter conhecimento de qualquer irregularidade que se verifique no decurso da mesma, deverá relatá-la ao organismo delegante no prazo de dois dias.
2. O delegado não poderá intervir no desenrolar das competições, mas a Entidade Organizadora, a Direcção de Prova, a Arbitragem e os participantes têm a obrigação de lhe prestarem todas as informações que pedir.



CAPÍTULO III - FUNCIONAMENTO DAS COMPETIÇÕES

ARTIGO 17 - (Regras de jogo)

1. As regras de jogo do xadrez da FIDE deverão ser estritamente observadas em todas as competições.
2. Quaisquer alterações, provenientes da FIDE, às Regras de Jogo do Xadrez deverão ser comunicadas oficialmente pela FPX, com pelo menos vinte dias de antecedência relativamente à sua entrada em vigor.

ARTIGO 18 - (Regulamento da competição)

A Entidade Organizadora elaborará um regulamento próprio da competição, do qual constarão, quando aplicável:

- a) Data da prova;
- b) Local da prova;
- c) Identificação da entidade organizadora;
- d) Período, forma e taxa de inscrição;
- e) Indicação de quem pode participar;
- f) Condições de confirmação de participação;
- g) Se a competição for colectiva:
 1. Indicação do número de jogadores de cada equipa que tomará parte no encontro;
 2. Indicação do número máximo de jogadores que poderá ser inscrito por cada equipa;
 3. Competências e obrigações dos clubes (envio do boletim de constituição de equipas, comunicação dos resultados, etc);
- h) Número de sessões e dos dias e horas em que se realizarão;
- i) Data da realização dos sorteios;
- j) Ritmo de jogo;
- k) Tempo limite de comparência de jogadores face ao início da sessão;
- l) Sistema de jogo e o método de emparceiramento;
- m) Critérios de desempate;
- n) Constituição da Direcção de Prova e da Equipa de Arbitragem;
- o) Prémios e troféus;
- p) Possibilidade do controlo antidopagem face ao respectivo regulamento;
- q) Litígios técnico-desportivos;
- r) Faltas de comparência;
- s) Desistências;
- t) Sanções, coimas e cauções;
- u) Protestos e Recursos;
- v) Comité de Apelo
- w) Regras de elaboração e envio do Relatório de Competição e processo de Homologação da Competição;
- x) Normas complementares;
- y) Condições logísticas (alojamento, alimentação, etc).

ARTIGO 19 - (Participantes)

1. Sem prejuízo do disposto no número 3, só poderá participar em competições quem estiver filiado na FPX, nos termos regulamentares.



2. Tratando-se de uma competição colectiva, as equipas representativas de um Clube só poderão integrar jogadores inscritos na FPX por intermédio desse Clube.
3. Poderão ser organizadas competições denominadas abertas ou internacionais, cujos participantes não terão de estar inscritos na FPX. Nas provas oficializadas, todos os jogadores que nelas participem terão de estar filiados.

ARTIGO 20 - (Filiação)

1. A filiação é um acto obrigatório para todos os Clubes e Agentes Desportivos poderem participar nas competições oficiais da FPX, bem como em provas homologadas.
2. À filiação de clubes fica associada a filiação de dirigentes, devendo ser entregue a composição dos órgãos sociais. Quando for caso disso, deverá ainda ser enviada a identificação dos dirigentes ou equivalente. A filiação de um clube inclui a inscrição de dois dirigentes.
3. As filiações de Clubes, Jogadores, Dirigentes, Treinadores e Árbitros poderão ser apresentadas junto da FPX, a partir de 15 de Outubro, na Plataforma de Inscrições Online existente para o efeito.
4. Os Jogadores, Dirigentes, Treinadores e Árbitros que efectuem a renovação da sua filiação deverão sempre actualizar os seus dados pessoais caso tenham existido alterações, nomeadamente nos contactos, fotografia e documentos de identificação.
5. Para proceder à filiação de um Clube, este terá de filiar num primeiro momento pelo menos 8 jogadores, podendo depois dentro dos prazos estipulados filiar novos jogadores que ainda não estejam filiados.
6. As filiações de Jogadores, Dirigentes, Treinadores e Árbitros são válidas por uma época, podendo no entanto ser alterada a sua filiação, nos casos que se aplique, desde que:
 - a) Exista concordância expressa do Clube pelo qual se encontra inscrito;
 - b) Não tenha participado em nenhuma prova colectiva representando esse Clube na época em curso;
 - c) Em casos extremos, sobre aprovação por parte da Direcção da FPX;
 - d) Tem de ser paga a taxa de filiação em vigor para a mudança de filiação.
7. Os escalões etários em vigor na época 2013/2014 são os seguintes:
 - a) Sub-08 -> se nascido em 2006 ou depois;
 - b) Sub-10 -> se nascido em 2004 ou 2005;
 - c) Sub-12 -> se nascido em 2002 ou 2003;
 - d) Sub-14 -> se nascido em 2000 ou 2001;
 - e) Sub-16 -> se nascido em 1998 ou 1999;
 - f) Sub-18 -> se nascido em 1996 ou 1997;
 - g) Sub-20 -> se nascido em 1994 ou 1995;
 - h) Veteranos -> Masculino – no ano da realização da prova, completem 60 anos de idade ou mais;
 - i) Veteranos -> Feminino – no ano da realização da prova, completem 50 anos de idade ou mais;
 - j) Seniores -> os restantes.
8. Treinadores
 - a) Os Treinadores, para serem filiados, deverão apresentar o comprovativo da formação de treinador que possuem.
 - b) Expirado o período transitório, os Treinadores terão de fazer prova de modo a possuírem a Cédula de Treinador, e que sem a qual perderão o reconhecimento como Treinadores.
9. Os Árbitros, para requererem serem filiados, terão de fazer prova dessa qualidade, apresentando os documentos comprovativos do seu nível.



REGULAMENTO DE COMPETIÇÕES
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ
Aprovado a 31 de agosto de 2013

10. Taxas de Filiação na época 2013/2014:

- a) Seguro Desportivo – O seguro desportivo é pago pela Federação, desde que estejam devidamente filiados na época a que diz respeito.
- b) Cartão FPX – Relativamente ao cartão de identificação da FPX, se existir, serão devidamente comunicados os procedimentos e os respectivos custos inerentes à emissão do cartão.
- c) Constam dos pontos abaixo os valores de filiação:

CLUBES: 30,00 €

- 1) Um clube que se filie pela 1ª vez paga metade do valor, 15,00 €.
- 2) A filiação de um Clube inclui a filiação de 2 Dirigentes.
- 3) Os valores de filiação mantêm-se durante toda a época desportiva.
- 4) Um clube escolar tem direito a um valor de filiação de 15,00 € se apresentar declaração da Instituição de Ensino a manifestar o interesse em participar nas provas da FPX.

JOGADORES:

Veteranos: 13,00 €

Seniores: 13,00 €

Jovens (Sub-08 a Sub-12): 3,00 €

Jovens (Sub-14 a Sub-20): 6,00 €

- 1) Para primeiras filiações, o valor é metade do tabelado em cada um dos escalões.
- 2) Para renovação de filiados que não o tenham sido nas últimas 5 épocas desportivas, o valor, é metade do tabelado em cada um dos escalões.
- 3) O valor de filiação de um atleta num clube escolar é metade do tabelado se o jogador estiver inscrito, e fazer prova disso, como aluno na Instituição de Ensino.
- 4) Os valores de filiação mantêm-se durante toda a época desportiva.

OFICIAIS:

Árbitros: 13,00 €

Dirigentes: 13,00 €

Treinadores: 13,00 €

- 1) No caso de um jogador filiar-se também como oficial tem apenas de suportar o valor mais alto.
- 2) Os valores de filiação mantêm-se durante toda a época desportiva.

d) Xadrez Escolar

- a. Ao abrigo do Protocolo de Cooperação Institucional, celebrado entre a Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), o Ministério da Educação, e a Federação Portuguesa de Xadrez, os Clubes de Desporto Escolar e os Jogadores têm direito a filiar-se por metade dos valores, desde que façam prova via declaração da Instituição do Ensino e que os jogadores sejam alunos da Instituição de Ensino, respectivamente.

e) Cartão de identificação

- a. É obrigatório o uso de cartão de identificação para as categorias de Jogadores, Dirigentes, Treinadores e Árbitros,
- b. No acto de filiação é obrigatório o envio de fotografia recente no máximo um ano.



REGULAMENTO DE COMPETIÇÕES
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ
Aprovado a 31 de agosto de 2013

- c. Na eventualidade da não existência de cartão de identificação da FPX, que tem custo de 2.00€, será usado em sua substituição um documento identificativo pessoal que tenha fotografia juntamente com prova da sua filiação na época.
- f) Procedimentos de pagamento
 - a. As taxas de filiação deverão ser pagas à FPX no acto da mesma, através de transferência bancária ou depósito na Caixa Geral de Depósitos – Conta Nº 0035 0281 00009548 630 38.
 - b. Todos os pagamentos deverão ser validados pelo envio do respectivo comprovativo de pagamento, nomeadamente número do talão do depósito bancário ou transferência, valor, data, entidade. Esta informação pode ser efectuada via Plataforma de Inscrições Online, via e-mail (competicoes@fpx.pt), carta ou fax. Só assim se poderá tornar efectivo o reconhecimento do pagamento.
11. Cada indivíduo poderá filiar-se cumulativamente em categorias diferentes (Jogadores, Dirigentes, Treinadores e Árbitros), tendo apenas de suportar o valor mais alto.
12. As filiações individuais são possíveis, contudo neste caso os filiados não serão associados a nenhuma Associação Territorial, não podendo assim participar em Competições Distritais/Regionais.
13. As filiações na FPX consideram-se efectivas no prazo máximo de seis dias úteis após a recepção e validação do seu processo de filiação nos serviços da FPX, nos termos a definir pela Direcção da FPX.
14. No caso de serem recebidas filiações que não cumpram as exigências da FPX, incluindo o respectivo pagamento das taxas previstas, serão as mesmas consideradas suspensas até devida correcção. Não há devolução da taxa de inscrição, se for solicitado o cancelamento da filiação.
15. Os Jogadores, Árbitros, Dirigentes e Treinadores que não renovem a sua filiação numa época são considerados inactivos.
16. As filiações devidamente aceites pela FPX serão divulgadas na página da FPX.
17. A aceitação de filiações de Clubes, Jogadores, Dirigentes, Treinadores e Árbitros, é condicionada há existência de dívidas ou ao incumprimento de compromissos assumidos anteriormente em relação à FPX.
18. Caso um Jogador ou um Clube participe numa prova não se encontrando devidamente filiado na FPX, fica automaticamente suspenso, cabendo ao Jogador e ao Clube todas as responsabilidades em termos legais, nomeadamente relativamente a eventuais prejuízos que venham a ser reclamados e que não se encontrem cobertos pelo Seguro Desportivo.

ARTIGO 21 - (ELO)

1. Os procedimentos e prazos de envio de provas para registo e homologação de ELO será comunicado anualmente sobre o formato de comunicado.
2. Composição da Comissão de Qualificação:
 - a) A Direcção FPX nomeia uma Comissão de Qualificação que terá a responsabilidade de monitorizar o sistema de classificação pontual.
 - b) A Comissão é responsável por propor à Direcção da FPX as políticas gerais de funcionamento do sistema e pela sua implementação, incluindo a edição da lista ELO.
 - c) Compete à Comissão de Qualificação estabelecer a metodologia para a atribuição do título de Mestre Nacional, tendo em conta o estipulado no Regulamento de Competições.
3. As regras a seguir para o cálculo do ELO são:
 - a) O ELO FPX (partidas de ritmo lento) dos jogadores que tenham ELO FIDE, mantêm o ELO FIDE.



- b) A contagem do ELO inicia-se aos 1001 pontos.
- c) A lista FPX terá edições mensais, sendo editadas até duas semanas após a publicação da lista FIDE.
- d) O K é fixado em 25 sendo usadas as fórmulas e não as tabelas para efeitos de cálculo, sem prejuízo do estipulado na alínea anterior.
- e) Apenas deverão ser contabilizados para efeitos da Lista ELO os atletas filiados na FPX. Um atleta não filiado que já tenha obtido ELO, será considerado inactivo.
- f) Um jogador que se filie na FPX e não possua ELO terá automaticamente ELO FPX variando de acordo com o escalão etário correspondente a:
 - 1. Sub-08 - 1050
 - 2. Sub-10 - 1100
 - 3. Sub-12 - 1150
 - 4. Sub-14 - 1200
 - 5. Sub-16 - 1250
 - 6. Sub-18 - 1350
 - 7. Sub-20 - 1450
 - 8. Sénior - 1500
 - 9. Veterano – 1500

valor esse que será tido em conta para os cálculos do seu ELO e o dos seus adversários.

- 4. O sistema de ELO de partidas semi-rápidas aplica-se a partidas realizadas em ritmo de jogo compreendido entre 15 e 59 minutos, para um jogador terminar a partida. A forma de cálculo segue as regras expressas no ponto 3 deste artigo, com as seguintes excepções:
 - a) O K é fixado em 15
 - b) Quando um jogador não possua ELO de semi-rápidas, mas possua ELO FPX, o ELO de entrada deve ser o seu ELO FPX.
 - c) Os jogadores que possuam ELO de semi-rápidas, devem ser introduzidos nas provas em que participem, sempre com esse ELO de semi-rápidas, mesmo que possuam ELO FIDE ou ELO FPX.

ARTIGO 22 - (Número de jogadores de uma equipa)

O número de jogadores a inscrever por uma equipa não poderá ser superior ao quádruplo do número de jogadores dessa equipa que tomarão parte em cada encontro.

ARTIGO 23 - (Membro da Direcção de Prova e da Arbitragem)

- 1. A Entidade Organizadora designará os membros da Direcção de Prova e da Equipa de Arbitragem.
- 2. Em competições oficiais a nomeação da equipa de arbitragem será efectuada por intermédio do Conselho de Arbitragem da Entidade Organizadora.
- 3. Só poderá arbitrar uma competição quem possuir o título de Árbitro outorgado pela FPX e que tenha licença FIDE.
- 4. Nem os membros da Direcção de Prova nem os da Arbitragem de uma competição poderão ser participantes na mesma.
- 5. As funções da Direcção de Prova e da Arbitragem de uma competição poderão ser exercidas pela mesma pessoa.
- 6. Em caso de necessidade, a Entidade Organizadora poderá alterar a constituição da Arbitragem e/ou da Direcção da Prova, desde que o faça antes do início da sessão a que tal alteração diz respeito.
- 7. A divulgação de eventuais alterações nos termos do nº 6 deste artigo, deve ser feita aos participantes por comunicação escrita directa ou afixando-a em lugar bem visível do local da prova.



ARTIGO 24 - (Inscrição nas competições)

1. A inscrição numa competição terá de ser feita por escrito, preferencialmente por via electrónica, pelo Clube ou Jogador, e deverá ser enviado à Entidade Organizadora no período que o regulamento definir para o efeito. Esta poderá, caso se entenda conveniente, fixar o modelo do documento de inscrição, sendo que será adoptado o modelo via Plataforma de Inscrições Online nas provas organizadas pela FPX.
2. Em competições colectivas, a inscrição de uma equipa será acompanhada da lista ordenada de todos os jogadores que a compõem, bem como da indicação do nome do capitão, que poderá não ser um dos jogadores. Se na altura da inscrição da equipa não tiver sido escolhida nenhuma ordem nem inscritos jogadores, a lista de jogadores será ordenada pelo nº FPX de cada jogador, do menor para o maior, sucessivamente pelo número máximo de jogadores inscritos por equipa e pelo número de equipas em prova.
3. Um clube que tenha mais que uma equipa numa mesma competição coletiva não poderá inscrever o mesmo jogador em equipas diferentes.
4. Os prazos definidos para as inscrições de equipas e jogadores serão definidos consoante a prova em questão, sendo por defeito a existência de 3 prazos distintos.
5. A aceitação de inscrições é condicionada há existência de dívidas ou ao incumprimento de compromissos assumidos anteriormente em relação à FPX

ARTIGO 25 - (Capitão de equipa)

1. São deveres e direitos do Capitão de equipa:
 - a) representar a equipa perante os órgãos mencionados no Artigo 12;
 - b) entregar à Direcção de Prova a lista dos jogadores que tomarão parte em cada encontro, nos termos do Artigo 26;
 - c) apresentar eventuais protestos, em representação da respectiva equipa.
2. O Capitão de equipa poderá delegar as suas funções em qualquer dos jogadores da mesma equipa, devendo, para o efeito, informar por escrito a Direcção de Prova até ao início da sessão em que o delegado assumir as funções.

ARTIGO 26 - (Constituição das equipas para um encontro)

1. Lista nominativa de jogadores de uma equipa:
 - a) A lista dos jogadores será elaborada atendendo a que os jogadores que tomam parte em cada encontro jogarão nos diversos tabuleiros pela mesma ordem em que se encontram mencionados na lista que acompanhou a inscrição da equipa. Nesta lista têm de estar preenchidos todos os tabuleiros em jogo.
(Exemplo: o jogador nº 1 da lista de inscrição de uma equipa só poderá jogar no primeiro tabuleiro. O jogador nº 2 jogará no segundo tabuleiro ou, no caso de o jogador nº 1 não participar na sessão, no primeiro tabuleiro. O jogador nº 3 jogará no terceiro tabuleiro ou, no caso de um dos jogadores nº 1 ou nº 2 não participarem na sessão, no segundo tabuleiro, ou ainda, no caso de os dois não participarem, no primeiro tabuleiro. O último jogador da ordem só poderá jogar no quarto tabuleiro)
 - b) Antes do início de cada sessão de uma competição colectiva, dentro dos prazos indicados, o Capitão de equipa deverá entregar a lista nominativa de jogadores da sua equipa que tomarão parte no encontro dessa sessão ao Árbitro, cabendo a este a sua divulgação.
 - c) Se a lista não for entregue dentro dos prazos indicado, esta será composta pela ordem dos jogadores inscritos (nº de ordem 1 a 4). No caso de já tiverem decorrido jogos dessa competição, será considerada a lista do jogo da sessão anterior.



- d) Uma vez entregue, a lista não pode ser alterada, excepto se o regulamento da prova o expressar
2. Uma equipa só poderá começar a jogar se estiverem presentes pelo menos 50% dos jogadores que deveriam alinhar.
 3. Faltas de comparência nos tabuleiros de uma equipa:
 - a) As faltas de comparência são tratadas tabuleiro a tabuleiro, sendo atribuída derrota por falta de comparência em cada tabuleiro onde esta tenha acontecido.
 - b) A menos que o regulamento da prova defina de outro modo, a falta de comparência é atribuída após 60 minutos da hora marcada para o início da partida.
 4. A Arbitragem deve, à hora do início de cada sessão, proceder do seguinte modo, salvo se não se observar o nº 2, caso em que uma equipa, mesmo que apresente a sua constituição, não poderá começar a jogar:
 - a) se já tiver em seu poder a constituição das duas equipas, ou se não conhecer a constituição de nenhuma delas, porá em funcionamento os relógios correspondentes às peças brancas;
 - b) no segundo caso previsto na alínea anterior, a Arbitragem, uma vez obtida a constituição de uma só das equipas, deverá pôr em funcionamento os relógios dos jogadores da equipa cuja constituição ainda não conhece;
 - c) quando, à hora do início da sessão, só seja conhecida a constituição de uma das equipas, a Arbitragem porá em funcionamento os relógios dos jogadores da equipa cuja constituição não conhece, seguindo-se o indicado na alínea a) quando a constituição desta última equipa for conhecida;
 - d) Se ambas as constituições das equipas forem entregues antes da hora marcada para o início da sessão, a Arbitragem poderá divulgá-las, procedendo à hora do início da sessão como em a).
 5. Se a lista de constituição de uma equipa para um encontro não for elaborada nas condições dos nº 1 a 3 deste artigo, aplicar-se-á derrota nos tabuleiros em que se registarem infracções.

ARTIGO 27 - (Alteração do calendário das competições)

1. Não será permitido o adiamento de qualquer partida numa prova individual.
2. Em provas colectivas, em geral, não deverão ocorrer adiamentos. Os casos de excepção terão de estar previstos no regulamento da competição.
3. A antecipação será permitida desde que os interessados e a Direcção de Prova com ela concordem e desde que o regulamento da competição não determine de outro modo.

ARTIGO 28 - (Uso do relógio)

1. No momento fixado para o começo de cada sessão, o relógio do jogador que conduzir as peças brancas será accionado pela Arbitragem. Salva-se contudo o disposto no Artigo 26, nº 5.
2. A menos que o regulamento da prova defina de outro modo, a falta de comparência é atribuída após 60 minutos da hora marcada para o início da partida.

ARTIGO 29 - (Exclusão e desistência dos participantes)

1. Salvo se o regulamento da prova expressar outro número, um participante que faltar a 2 partidas que deverá jogar numa competição, será excluído da mesma. A regra do nº 1 aplica-se igualmente nas competições por equipas relativamente às faltas de comparência colectivas.
2. Decorrendo a competição em várias fases, o disposto no nº 1 e 2 aplicar-se-á em relação a cada fase.



3. A regra do nº 1 não se aplica a competições em sistema eliminatório.
4. A exclusão, bem como a desistência, de participantes que se inscreverem numa competição são disciplinarmente puníveis, excepto se o participante enviar, no prazo de cinco dias, justificação escrita ao organismo mencionado no número seguinte e este a aceitar.
5. A justificação deverá ser enviada à FPX se se tratar de uma competição nacional, ou à Associação competente se se tratar de uma competição distrital ou regional ou de um Clube.
6. São automaticamente consideradas justificadas as faltas motivadas por participação em prova oficial da FIDE que decorra simultaneamente e na qual o jogador represente a FPX.

ARTIGO 30 - (Classificação final)

1. Nas competições individuais, a classificação final é determinada pela soma dos pontos resultantes das vitórias e empates que cada participante obteve.
2. Nas competições colectivas disputadas em sistema de 'poule' ou sistema suíço, excepto se o regulamento da prova indicar o contrário, a classificação final é determinada pela soma dos pontos obtidos por cada clube, atribuídos do seguinte modo em cada encontro:
 - 3 pontos pela vitória;
 - 2 pontos pelo empate;
 - 1 ponto pela derrota;
 - 0 pontos pela derrota por falta de comparência.
3. A menos que o regulamento da prova defina de outro modo, na partida de xadrez, à vitória corresponde 1 ponto, ao empate $\frac{1}{2}$ ponto e à derrota ou falta de comparência 0 pontos.
4. Nas competições colectivas em sistema de 'poule' ou sistema suíço, excepto se o regulamento da prova indicar o contrário, para efeitos de apuramento dos resultados apenas contam as vitórias nos tabuleiros, mas para efeitos de desempate contam os pontos efectivos dos tabuleiros.

ARTIGO 31 - (Desempates)

1. Se, numa competição individual em sistema de todos contra todos, dois ou mais jogadores obtiverem o mesmo número de pontos e o regulamento da competição não indique de outro modo, a respectiva classificação final será determinada por aplicação sucessiva dos seguintes critérios:
 - a) Resultado entre os jogadores empatados, desde que tenham jogado entre si [11];
 - b) Maior número de vitórias [12];
 - c) Sonneborn-Berger [52] (0,0,N,N,0,N,N);
 - d) Koya System [45];
 - e) Sorteio, se outro não for o critério determinado pelo regulamento da competição.
2. Se, numa competição individual em sistema suíço, dois ou mais jogadores obtiverem o mesmo número de pontos e o regulamento da competição não indique de outro modo, a respectiva classificação final será determinada por aplicação sucessiva dos seguintes critérios:
 - a) Resultado entre os jogadores empatados, desde que tenham jogado entre si [11];
 - b) Maior número de vitórias [12];
 - c) Maior número de jogos de pretas [53];
 - d) Buchholz corrigido [37] (1,0,N,N,0,N);
 - e) Buchholz completo [37] (0,0,N,N,0,N);
 - f) Sonneborn-Berger [52] (0,0,N,N,0,N,N);
 - g) Sorteio, se outro não for o critério determinado pelo regulamento da competição.



3. Se, numa competição colectiva em sistema de todos contra todos, duas ou mais equipas obtiverem o mesmo número de pontos e o regulamento da competição não indique de outro modo, a respectiva classificação final será determinada por aplicação sucessiva dos seguintes critérios:
 - a) Ponto de tabuleiro [1];
 - b) Resultado entre as equipas empatadas, desde que tenham jogado entre si [11];
 - c) Sonneborn-Berger [35] (0,0,N,N,0,N,N);
 - d) Sorteio, se outro não for o critério determinado pelo regulamento da competição.

4. Se, numa competição colectiva em sistema suíço, duas ou mais equipas obtiverem o mesmo número de pontos e o regulamento da competição não indique de outro modo, a respectiva classificação final será determinada por aplicação sucessiva dos seguintes critérios:
 - a) Pontos de tabuleiro [1];
 - b) Resultado entre as equipas empatadas, desde que tenham jogado entre si [11];
 - c) Buchholz corrigido [37] (1,0,N,N,0,N);
 - d) Buchholz completo [37] (0,0,N,N,0,N);
 - e) Sonneborn-Berger [35] (0,0,N,N,0,N,N);
 - f) Sorteio, se outro não for o critério determinado pelo regulamento da competição.

5. Os matches de desempates poderão ser usados, se o regulamento da competição assim o indicar e existirem condições logísticas. Nesse caso, o desempate deverá ser determinado para a atribuição de títulos de Campeão Nacional em provas individuais usando o descrito no Handbook da FIDE C.05, Anexo 3, 1.K e em provas colectivas realizam-se partidas rápidas até se determinar o vencedor.

6. Se, no final de um encontro de uma eliminatória, salvo o disposto no regulamento da prova, as equipas terminarem com o mesmo número de pontos, prosseguirá em prova a equipa que obtiver melhor resultado no 1º tabuleiro ou, se ainda se mantiver o empate, sucessivamente nos tabuleiros seguintes. Se ainda assim continuarem empatadas, será efectuado trinta minutos depois um encontro (com os mesmos jogadores do encontro anterior) de desempate a 4 tabuleiros em ritmo de cinco minutos com “cores” sorteadas. Se após este encontro se repetir a situação de empate nos 4 tabuleiros, o vencedor será encontrado através de sorteio.

¹ Sistema Koya – número de pontos conseguidos contra todos os jogadores que tenham alcançado 50 % ou mais dos pontos em disputa.

² Sistema Sonnenborn-Berger – soma dos pontos dos oponentes contra quem se obteve vitória mais metade dos pontos dos oponentes com quem se tenha empatado.

³ Sistema Bucholz – soma dos pontos de todos os adversários com quem jogou.

ARTIGO 32 - (Relatórios das sessões e relatório da competição)

1. A Arbitragem intervirá em cada sessão, de forma a fornecer à Direcção de Prova os seguintes dados:
 - a) os resultados das partidas disputadas;
 - b) as ocorrências relativas a matéria da sua competência.

2. A Direcção de Prova elaborará, com base nomeadamente nos relatórios das sessões, o relatório da competição que conterà:
 - a) os quadros de classificação final;
 - b) a descrição de todas as ocorrências importantes.



3. A Direcção de Prova tem de enviar o Relatório da Competição à FPX no prazo máximo de cinco dias a partir da data de conclusão da competição.

ARTIGO 33 - (Comunicação de resultados)

1. Caso o regulamento da competição não indique de outro modo, nas provas colectivas estabelece-se:
 - a) Remeter após cada jornada para o e-mail competicoes@fpx.pt, até às 22h00m do próprio dia, o resultado do encontro com a indicação dos resultados parciais das 4 partidas (com menção dos Nomes e Nº FPX dos jogadores intervenientes, tabuleiro a tabuleiro, e todos os dados de identificação da competição, local e identificação do delegado);
 - b) Recolher os oito originais dos registos de partida de cada encontro e enviar para a Sede da FPX num prazo máximo de 2 dias úteis, a fim de as partidas serem inseridas numa base de dados nacional, a disponibilizar no site da FPX.
 - c) Redigir e enviar o relatório do encontro acompanhado pelos documentos nele produzidos para o e-mail competicoes@fpx.pt até às 22h00m do próprio dia e enviar para a Sede da FPX num prazo máximo de 2 dias úteis.
2. O envio do Boletim de Encontro poderá ser por correio, fax ou e-mail, devendo ser endereçado a quem o regulamento da competição expressamente indique. Por e-mail, será enviado o Boletim de Encontro digitalizado. Caso não seja cumprido o disposto no nº 1 deste artigo, o Director da Prova notificará, por e-mail, no prazo máximo de cinco dias, os responsáveis pelas duas equipas, pedindo-lhes o envio do Boletim de Encontro para os serviços da FPX.
3. Caso os boletins não cheguem em devido tempo aos serviços da FPX, por nenhum dos meios referidos no ponto anterior, será atribuído o resultado de 0 (zero) às equipas em falta e poderá haver lugar ao pagamento de uma coima pecuniária se o regulamento da prova assim o consagrar.

CAPÍTULO IV - Competições dos Clubes

ARTIGO 34 - (Oficialização de provas dos Clubes)

1. Os organizadores poderão requerer à FPX a oficialização das provas que organizarem.
2. A oficialização de prova divide-se em duas fases: o registo e a homologação da competição.
3. O requerimento de registo, que será acompanhado do regulamento da prova, terá que ser enviado à FPX e com conhecimento à Associação Territorial, com pelo menos quinze dias antes do início da prova, salvo indicações expressas em comunicado próprio.
4. O processo é finalizado após a conclusão da prova, de acordo com o previsto neste regulamento para a homologação das competições.

CAPÍTULO V - COMPETIÇÕES DISTRITAIS/REGIONAIS

ARTIGO 35 - (Competições Distritais/Regionais)

1. Sem prejuízo de outras competições que entenda dever organizar, cada Associação Territorial organizará em cada época, em ritmo de partidas lentas:
 - a) o Campeonato Distrital/Regional Individual;
 - b) o Campeonato Distrital/Regional por Equipas;
 - c) os Campeonatos Distrital/Regional de Jovens.



2. A não realização ou não oficialização de qualquer das competições mencionadas no nº 1 impede o apuramento de participantes do distrito ou região para as competições nacionais a que derem acesso.
3. Existe a possibilidade de existência de competições distritais e regionais a funcionar em paralelo:
 - a) Se existir um número mínimo de 4 equipas de pelo menos 4 clubes diferentes, a Associação Territorial pode organizar directamente o Campeonato Distrital;
 - b) Pode haver junção de distritais, geograficamente por acção da FPX, sendo entregue a organização a uma Associação Territorial;
 - c) Modelo de competição a definir internamente, tendo obrigatoriamente de haver no mínimo 3 jogos por equipa;

ARTIGO 36 - (Calendário)

1. As Associações divulgarão pelo menos trinta dias antes do início de cada época o calendário das competições distritais ou regionais para essa época.
2. As competições distritais ou regionais deverão estar concluídas pelo menos 30 dias antes das competições nacionais a que derem acesso.

CAPÍTULO VI - COMPETIÇÕES NACIONAIS

ARTIGO 37 - (Competições Nacionais)

Sem prejuízo de outras competições que entenda dever organizar, a FPX organizará em cada época:

- a) o Campeonato Nacional Individual Absoluto;
- b) o Torneio Nacional de Mestres;
- c) o Campeonato Nacional Feminino;
- d) o Campeonato Nacional de Veteranos;
- e) os Campeonatos Nacionais de Jovens, Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20;
- f) os Campeonatos Nacionais de Jovens Femininos, Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20;
- g) o Campeonato Nacional por Equipas da I, da II, e da III Divisões;
- h) a Taça de Portugal;
- i) a Super Taça;
- j) o Campeonato Nacional Individual de Partidas Rápidas;
- k) o Campeonato Nacional de Partidas Rápidas por Equipas;
- l) o Campeonato Nacional Individual de Partidas Semi-Rápidas;
- m) o Campeonato Nacional de Partidas Semi-Rápidas por Equipas;
- n) o Campeonato Nacional Feminino de Partidas Rápidas;
- o) o Campeonato Nacional Feminino de Partidas Semi-Rápidas;
- p) o Campeonato Nacional de Veteranos de Partidas Rápidas;
- q) o Campeonato Nacional de Veteranos de Partidas Semi-Rápidas;
- r) os Campeonatos Nacionais de Jovens, Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18, Sub-20 de Partidas Rápidas;
- s) os Campeonatos Nacionais de Jovens Femininos, Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18, Sub-20 de Partidas Rápidas;
- t) os Campeonatos Nacionais de Jovens, Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18, Sub-20 de Partidas Semi-Rápidas;
- u) os Campeonatos Nacionais de Jovens Femininos, Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18, Sub-20 de Partidas Semi-Rápidas.



ARTIGO 38 - (Campeonato Nacional Individual Absoluto)

1. O Campeonato Nacional Individual Absoluto é aberto a todos os jogadores federados na FPX, de nacionalidade portuguesa.
2. O Campeonato Nacional Individual Absoluto decorre em duas fases, realizadas em diferentes momentos:
 - a) Fase de Apuramento, que apura jogadores para a Fase Final da época actual;
 - b) Fase Final.
3. Terão direito de participar na Final do Campeonato Nacional, por esta ordem, até perfazer um máximo de 10 jogadores
 - a) Os três primeiros do Campeonato Nacional anterior;
 - b) Os três primeiros classificados da Fase de Apuramento da época em curso;
 - c) Os dois primeiros classificados do Torneio de Mestres;
 - d) Os dois jogadores com melhor Elo FIDE activo na última lista da FIDE publicada até à véspera do início da data marcada para as inscrições, sendo estas em simultâneo com as inscrições para a Fase de Apuramento;
 - e) Havendo vagas por não inscrição de jogadores apurados por a), b) ou c) estas serão enquadradas em d).
4. A Fase de Apuramento será aberta, sem limite mínimo ou máximo de jogadores, tendo contudo condições especiais de participação para os campeões distritais ou regionais absolutos desde que se tenha realizado campeonato distrital ou regional com um mínimo de 10 jogadores e com término um mês antes.
5. As condições oferecidas aos participantes serão estabelecidas anualmente pela FPX no regulamento da competição, no quadro do orçamento.

ARTIGO 39 - (Torneio Nacional de Mestres)

1. O Torneio Nacional de Mestres disputar-se-á em sistema de todos contra todos.
2. Terão direito a participar os dez jogadores filiados na FPX com melhor classificação pontual activa na última lista da FIDE publicada até a véspera do início da data marcada para as inscrições.
3. O regulamento da prova poderá incluir condições de participação e realização mínimas no que se refere ao elo FIDE.
4. Estão também previstos a realização de Torneios Nacionais de Honra, em alturas imediatamente antes ou simultaneamente à realização do Torneio Nacional de Mestres, nas mesmas condições mas para jogadores filiados na FPX com classificação pontual activa mais baixa.

ARTIGO 40 - (Campeonato Nacional Feminino)

1. O Campeonato Nacional Feminino será aberto a todas as jogadoras filiadas na FPX, nos termos dos respectivos regulamentos de competição, sendo a participação limitada a jogadoras de nacionalidade portuguesa.
2. O campeonato será realizado em forma de evento único.

ARTIGO 41 - (Campeonato Nacional de Veteranos)

1. O Campeonato Nacional de Veteranos será aberto a todos os jogadores filiados na FPX, nos termos dos respectivos regulamentos de competição, sendo a participação limitada a jogadores de nacionalidade portuguesa.



2. O campeonato será realizado em forma de evento único.
3. O campeonato é realizado com a competição absoluta e feminina integrada, sendo atribuído o título de campeã nacional de veteranos feminina à melhor classificada da competição absoluta.

ARTIGO 42 - (Campeonatos Nacionais de Jovens)

1. Os Campeonatos Nacionais de Jovens (Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20, absolutos e femininos) serão abertos a todos os jogadores Portugueses filiados na FPX, nos termos dos respectivos regulamentos de competição.
2. O campeonato será realizado em forma de evento único.
3. Se não existir Campeonato Nacional de Jovens Feminino (Sub-8, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20), os títulos de campeã nacional jovem feminina em cada escalão serão atribuídos à melhor classificada da competição absoluta do escalão respectivo.

ARTIGO 43.A - (Campeonato Nacional por Equipas – Época transição 2013/2014)

1. O Campeonato de Portugal por Equipas é organizado em cada época e comporta três divisões:
 - a) 1ª Divisão: reunindo 10 equipas;
 - b) 2ª Divisão: reunindo 24 equipas;
 - c) 3ª Divisão: reunindo 48 equipas.
2. O número total de equipas por clube é limitado ao máximo de 3, sendo que nunca podem coexistir na mesma divisão. Quando, por subida ou descida das equipas, um clube fique com duas equipas na mesma divisão ou haja troca de divisão entre duas equipas, a equipa na divisão inferior será forçada a manter-se sempre em divisão inferior, sendo impedida de subir ou forçada a descer, consoante o caso.
3. A 1ª Divisão disputa-se por equipas de clubes a quatro tabuleiros. É disputada por 10 equipas a uma volta, em sistema de todos contra todos, em dias consecutivos e no mesmo local;
4. A 2ª Divisão disputa-se por equipas de clubes a quatro tabuleiros, agrupadas em três séries de 8 equipas, a uma volta em sistema de todos contra todos e em sistema casa/fora, sendo a Ronda 6 e Ronda 7 disputada em formato concentrado num mesmo fim-de-semana e local.

As séries serão constituídas agrupando as equipas segundo paralelos geográficos. Equipas das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, serão considerados no paralelo de Lisboa (Aeroporto).

5. A 3ª Divisão disputa-se por equipas de clubes a quatro tabuleiros, agrupadas em seis séries de 8 equipas, a uma volta em sistema de todos contra todos e em sistema casa/fora, sendo a Ronda 6 e Ronda 7 disputada em formato concentrado num mesmo fim-de-semana e local.

As séries serão constituídas agrupando as equipas segundo paralelos geográficos. Equipas das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, serão considerados no paralelo de Lisboa (Aeroporto). Pode haver séries de regiões autónomas, se houver o mínimo de seis equipas na série, não havendo lugar a repescagens, isto é, só poderão ocupar novos lugares na série ou equipas da região despromovidas da 2ª Divisão ou equipas classificadas em 1º e 2º lugares do Campeonato Regional respectivo.

6. Cada jogador pode participar apenas numa equipa desse clube, no total das três divisões, sendo que só poderá ser inscrito numa única equipa.
7. Terão direito a participar na 1ª Divisão:



REGULAMENTO DE COMPETIÇÕES
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ
Aprovado a 31 de agosto de 2013

- a) as equipas classificadas em 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º lugares na 1ª Divisão – Fase Final da época anterior;
 - b) as equipas classificadas em 1º e 2º lugares da 1ª Divisão – Fase Apuramento da época anterior;
 - c) a equipa da 2ª Divisão, que com base no Artigo 43A, Ponto 11), reúnam condições para subir de divisão.
8. Terão direito a participar na 2ª Divisão:
- a) as equipas classificadas em 8º, 9º e 10º lugares da 1ª Divisão – Fase Final da época anterior;
 - b) as equipas classificadas em 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º lugares da 1ª Divisão – Fase Apuramento da época anterior;
 - c) as 3 equipas melhores classificadas de cada série da 2ª Divisão da época anterior, perfazendo 11 equipas da 2ª Divisão, excepto a equipa da 2ª Divisão, que com base no Artigo 43A, Ponto 11), reúnam condições para subir de divisão.
 - d) 4 equipas da 3ª Divisão, que com base no Artigo 43A, Ponto 12), que reúnam condições para subir de divisão.
9. Terão direito a participar na 3ª Divisão:
- a) as equipas classificadas em 4º, 5º, 6º, 7º e 8º lugares em cada uma das séries da 2ª Divisão da época anterior;
 - b) as 3 equipas melhores classificadas de cada série da 3ª Divisão da época anterior, perfazendo 20 equipas da 3ª Divisão, excepto as equipas da 3ª Divisão, que com base no Artigo 43A, Ponto 12), reúnam condições para subir de divisão.
 - c) as equipas classificadas no 1º lugar nos respectivos Campeonatos Distritais ou Regionais da época anterior, salvo no caso previsto no nº 2, até um número máximo de 8 equipas no total.
- No caso de existirem mais que 8 Campeões Distritais ou Regionais será realizado em sistema de eliminatórias, de sorteio aberto, de forma a apurar 8 equipas, recorrendo ao mínimo de jogos possíveis
- d) quando necessário, para seriar as equipas que têm direito às vagas de subida à 3ª Divisão ou para perfazer o número total de equipas, serão promovidas as equipas dos campeonatos das associações com maior número de equipas a participar no Campeonato Distrital ou Regional na época anterior (maior número de jogadores filiados em caso de empate). O critério aplica-se sucessivamente até ser concluído o quadro de equipas da 3ª Divisão.
10. O Campeão Nacional da 2ª Divisão será apurado entre o 1º classificado de cada série, em sistema de todos contra todos, em dias consecutivos e no mesmo local, sendo sorteado a ordem de jogos.
11. O Campeão Nacional da 3ª Divisão será apurado entre o 1º classificado de cada série, em sistema de eliminatórias e depois em sistema de todos contra todos, segundo o seguinte esquema, sendo sorteado a ordem de jogos nas eliminatórias e sorteio puro no sistema de todos contra todos.

Eliminatórias

Jogo 1: 1º Série A vs 1º Série B

Jogo 2: 1º Série C vs 1º Série D

Jogo 3: 1º Série E vs 1º Série F

Jogo 4: Equipa 1 vs Equipa 2

Jogo 5: Equipa 1 vs Equipa 3

Jogo 6: Equipa 2 vs Equipa 3



ARTIGO 43.B - (Campeonato Nacional por Equipas – Época 2014/2015)

1. O Campeonato de Portugal por Equipas é organizado em cada época e comporta três divisões:
 - a) 1ª Divisão: reunindo 10 equipas;
 - b) 2ª Divisão: reunindo 24 equipas;
 - c) 3ª Divisão: reunindo 48 equipas.
2. O número total de equipas por clube é limitado ao máximo de 3, sendo que nunca podem coexistir na mesma divisão. Quando, por subida ou descida das equipas, um clube fique com duas equipas na mesma divisão ou haja troca de divisão entre duas equipas, a equipa na divisão inferior será forçada a manter-se sempre em divisão inferior, sendo impedida de subir ou forçada a descer, consoante o caso.
3. A 1ª Divisão disputa-se por equipas de clubes a quatro tabuleiros. É disputada por 10 equipas a uma volta, em sistema de todos contra todos, em dias consecutivos e no mesmo local;
4. A 2ª Divisão disputa-se por equipas de clubes a quatro tabuleiros, agrupadas em três séries de 8 equipas, a uma volta em sistema de todos contra todos e em sistema casa/fora, sendo a Ronda 6 e Ronda 7 disputada em formato concentrado num mesmo fim-de-semana e local.

As séries serão constituídas agrupando as equipas segundo paralelos geográficos. Equipas das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, serão considerados no paralelo de Lisboa (Aeroporto).

5. A 3ª Divisão disputa-se por equipas de clubes a quatro tabuleiros, agrupadas em seis séries de 8 equipas, a uma volta em sistema de todos contra todos e em sistema casa/fora, sendo a Ronda 6 e Ronda 7 disputada em formato concentrado num mesmo fim-de-semana e local.

As séries serão constituídas agrupando as equipas segundo paralelos geográficos. Equipas das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, serão considerados no paralelo de Lisboa (Aeroporto). Pode haver séries de regiões autónomas, se houver o mínimo de seis equipas na série, não havendo lugar a repescagens, isto é, só poderão ocupar novos lugares na série ou equipas da região despromovidas da 2ª Divisão ou equipas classificadas em 1º e 2º lugares do Campeonato Distrital ou Regional respectivo.

6. Cada jogador pode participar apenas numa equipa desse clube, no total das três divisões, sendo que só poderá ser inscrito numa única equipa.
7. Terão direito a participar na 1ª Divisão:
 - a) as equipas classificadas em 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º lugares na 1ª Divisão da época anterior;
 - b) as equipas classificadas em 1º lugar em cada uma das séries da 2ª Divisão da época anterior, salvo no caso previsto no nº 2 tendo assim o direito a subir a equipa melhor classificada dessa série que reúna condições para subir.
8. Terão direito a participar na 2ª Divisão:
 - a) as equipas classificadas em 8º, 9º e 10º lugares da 1ª Divisão da época anterior;
 - b) as equipas classificadas em 2º, 3º, 4º, 5º e 6º lugares em cada uma das séries da 2ª Divisão da época anterior.
 - c) as equipas classificadas em 1º lugar em cada uma das séries da 3ª Divisão da época anterior, salvo no caso previsto no nº 2 tendo assim o direito a subir a equipa melhor classificada dessa série que reúna condições para subir.



9. Terão direito a participar na 3ª Divisão:
- as equipas classificadas em 7º e 8º lugares em cada uma das séries da 2ª Divisão da época anterior;
 - as equipas classificadas em 2º, 3º, 4º, 5º e 6º lugares em cada uma das séries da 3ª Divisão da época anterior;
 - as equipas classificadas no 1º lugar nos respectivos Campeonatos Distritais ou Regionais da época anterior, salvo no caso previsto no nº 2, até um número máximo de 12 equipas no total;

No caso de existirem mais que 12 Campeões Distritais ou Regionais será realizado em sistema de eliminatórias, de sorteio aberto, de forma a apurar 12 equipas, recorrendo ao mínimo de jogos possíveis

- quando necessário, para seriar as equipas que têm direito às vagas de subida à 3ª Divisão ou para perfazer o número total de equipas, serão promovidas as equipas dos campeonatos das associações com maior número de equipas a participar no Campeonato Distrital ou Regional na época anterior (maior número de jogadores filiados em caso de empate). O critério aplica-se sucessivamente até ser concluído o quadro de equipas da 3ª Divisão.
10. O Campeão Nacional da 2ª Divisão será apurado entre o 1º classificado de cada série, em sistema de todos contra todos, em dias consecutivos e no mesmo local, segundo o seguinte esquema, sendo sorteado a ordem de jogos.
12. O Campeão Nacional da 3ª Divisão será apurado entre o 1º classificado de cada série, em sistema de eliminatórias e depois em sistema de todos contra todos, segundo o seguinte esquema, sendo sorteado a ordem de jogos nas eliminatórias e sorteio puro no sistema de todos contra todos.

Eliminatórias

Jogo 1: 1º Série A vs 1º Série B

Jogo 2: 1º Série C vs 1º Série D

Jogo 3: 1º Série E vs 1º Série F

Jogo 4: Equipa 1 vs Equipa 2

Jogo 5: Equipa 1 vs Equipa 3

Jogo 6: Equipa 2 vs Equipa 3

ARTIGO 44 - (Inscrições de equipas no Campeonato Nacional por Equipas)

- Os requisitos de inscrições no Campeonato Nacional de Equipas incluem: a filiação do clube, a filiação de um número mínimo de jogadores, o pagamento de taxas de inscrição se a elas houver lugar, e outros aspectos que a FPX entenda considerar.
- Uma equipa que não se inscreva na divisão a que tem direito desportivamente será despromovida para 2 divisões abaixo da que tem direito.
- Uma equipa que não se inscreva não poderá participar nesta competição na época seguinte, perdendo o seu lugar desportivo na competição.

ARTIGO 45 - (Organização do Campeonato Nacional por Equipas)

- A FPX designará para cada Campeonato Nacional por Equipas um Director de Prova e um Comité de Apelo. No caso dos Nacionais da 2ª e 3ª Divisões, poderá nomear um Director de Prova e um Comité de Apelo único caso as competições decorram em simultâneo.
- Caso existam meios humanos que o permitam, podem ser nomeados Directores de Série para coadjuvar o Director de Prova nas suas funções.



3. O Director de Prova analisa os boletins de jogo, folhas de partida, centraliza os resultados, confirma as classificações e prepara toda a documentação para os sistemas Elo. O Director de Prova analisa em primeira instância os protestos apresentados nos termos do Artigo 59.
4. Em caso de força maior e de urgência reconhecida o Director de Prova tem o poder de impor uma alteração de data e/ou hora de uma competição.
5. Salvo indicação em contrário do Director de Prova ou do Regulamento da Competição, os encontros iniciam-se às 15h00 locais e é observado o ritmo de 90 minutos mais 30 segundos por lance por jogador, ou de 120 minutos para cada jogador concluir a partida, caso o clube da casa não dispuser de relógios digitais.
6. O clube que joga em casa é responsável pela organização do encontro, designadamente a preparação da sala, tendo que fornecer todo o material de jogo necessário ao normal desenvolvimento do mesmo.
7. Caso quem tenha a responsabilidade de organizar o encontro não apresentar o material em condições perderá nos tabuleiros onde essa situação se verifique. A equipa visitante terá que esperar uma hora para verificar se a equipa da casa consegue resolver a situação. Se tal for conseguido dentro do tempo, o relógio terá que indicar a perda de tempo observada do lado da equipa visitada.
8. O Director de Prova pode nomear um árbitro para qualquer encontro, mas do facto não tem que dar conhecimento ao clube que joga em casa. O árbitro deve chegar ao local de jogo munido de uma nomeação por escrito assinada pelo Director de Prova que apresentará aos clubes.

ARTIGO 46 - (Taça de Portugal por Equipas)

1. A Taça de Portugal por Equipas é uma competição colectiva disputada em sistema eliminatório.
2. Cada clube terá o direito de inscrever as equipas que desejar.
3. Pode haver adiamento de encontros, se autorizados pelo Director de Prova, desde que o encontro se realize antes da data do sorteio da eliminatória seguinte.
4. Será disputada em formato de eliminatórias.
 - a) as primeiras rondas serão limitadas geograficamente, agrupando as equipas em zonas de número igual ou semelhante segundo paralelos geográficos. Para as eliminatórias 1/128, 1/64 e 1/32 existem 4 zonas distintas sendo que para a eliminatória 1/16 existem 2 zonas.
 - b) as eliminatórias 1/8 e 1/4 serão disputadas em formato concentrado, realizada em 1 ou 2 locais diferentes, no mesmo fim de semana.
 - c) as Regiões Autónomas têm direito à presença de uma equipa de cada região na eliminatória 1/8 desde que se tenha disputado uma taça interna na sua região de pelo menos 4 equipas.
 - d) as meias-finais e final serão disputadas em formato concentrado, realizado no mesmo local e no mesmo fim de semana.

ARTIGO 47 - (Super Taça)

1. No início de cada época a FPX organizará a Super Taça, entre o vencedor do Campeonato Nacional por Equipas e o vencedor da Taça de Portugal da época anterior.
2. No caso de o vencedor da Taça ser a mesma equipa que venceu o Campeonato Nacional, o seu lugar será ocupado pelo finalista vencido.
3. A prova disputa-se a uma só mão, com sorteio prévio.

ARTIGO 48 - (Restantes Campeonatos Nacionais)

A FPX organizará os restantes Campeonatos Nacionais nos moldes que julgar convenientes, tendo algumas linhas gerais:



REGULAMENTO DE COMPETIÇÕES
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ
Aprovado a 31 de agosto de 2013

1. Os ritmos de jogo, salvo indicação contrária nos regulamentos de prova, para os Campeonatos Nacionais serão os seguintes:
 - a) Partidas Lentas: 90 minutos mais 30 segundos de acréscimo por cada lance por jogador.
 - b) Partidas Rápidas: 3 minutos mais 2 segundos de acréscimo por cada lance por jogador.
 - c) Partidas Semi-Rápidas: 15 minutos mais 10 segundos de acréscimo por cada lance por jogador.
 - d) No caso de não haver disponibilidades físicas de relógios digitais serão adoptados ritmos de jogo KO correspondentes.
2. As provas de equipas em sistema suíço onde haja possibilidade de participação de várias equipas do mesmo clube e de se defrontarem entre elas evitar-se-á que se defrontem nas 3 últimas rondas da competição.

ARTIGO 49 - (Método de determinação de proporcionalidades)

Para determinação das proporções seguir-se-ão os seguintes procedimentos:

- a) Serão calculados em separado os quocientes das divisões por 1, 2, 3, etc dos valores de que se pretende obter a proporcionalidade;
- b) Os lugares em aberto serão preenchidos pela ordem da origem dos quocientes mais elevados.

ARTIGO 50 - (Método de atribuição de apoios nos Campeonatos Nacionais de Jovens)

Quando as condições financeiras da FPX ou a atribuição de patrocínios permitirem o apoio a participantes nos Campeonatos Nacionais de Jovens, a prioridade é dada aos Campeões Distritais ou Regionais, sem direito a substituição. Caso haja disponibilidade para conceder apoios a mais participantes, estes serão obtidos pela aplicação do Método de Hondt sobre:

$$(NF/4 + ND) \times (1+Q/NQ)$$

NF – é o número de filiados em cada escalão, 30 dias antes da data limite de inscrição nos campeonatos. ND é o número total de participantes nos Campeonatos Distritais ou Regionais da época em curso, se realizados e homologados, em cada escalão, desde que tenham terminado a respectiva prova. Cada jogador contará apenas uma vez, mesmo que participe em mais que um Campeonato Distrital ou Regional de escalão. Para garantir a aplicação destes apoios, os Campeonatos Distritais ou Regionais da época em curso deverão estar concluídos com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início dos Campeonatos Nacionais de Jovens.

Q – Factor Qualidade, obtido, para cada escalão etário, pela soma dos pontos obtidos nos Campeonatos Nacionais de Jovens da época anterior pelos jogadores do distrito das mesmas idades, à data do início da época, contando para este efeito apenas os 10 melhores resultados.

NQ – Número de jogadores que contaram para o cálculo de Q, num mínimo de 3.

ARTIGO 51 - (Divulgação dos regulamentos das competições)

A Direcção da FPX divulgará até trinta dias antes do início de cada prova o convite à participação na mesma, acompanhado do respectivo regulamento, que deverá conter as condições financeiras de participação. Essa divulgação será efectuada, pelo menos, mediante aviso a colocar no site Internet da FPX.



ARTIGO 52 - (Substituições)

1. No caso de um clube ou de jogador com direito a participar numa competição não se inscrever na competição, a FPX poderá estender o convite a quem se lhe seguir de acordo com o critério que determinou o seu direito de participação.
2. No caso de uma das equipas com direito a participar nos Campeonatos da 1ª, 2ª e 3ª Divisões não se inscrever, será convidada a inscrever-se a equipa que se lhe seguir pelo critério que deu direito de participação ao desistente, seguindo os casos aplicáveis:
 - a. No caso de desistência de uma equipa que se manteria na mesma divisão, será substituída, se possível, pelo melhor classificado dos que foram despromovidos dessa divisão ou série.
 - b. No caso de desistência de uma equipa que seria despromovida, será substituída na divisão onde iria participar, se possível, pelo melhor classificado dos despromovidos dessa divisão.
 - c. No caso da desistência de uma equipa que seria promovida, será substituída na divisão onde iria participar, se possível, pelo melhor classificado das equipas não promovidas dessa divisão ou série.
3. No caso das restantes divisões aplica-se o processo descrito na alínea anterior, sendo que, em último caso, se aplica o disposto no Artigo 43.
4. Os jogadores ou Clubes convidados ao abrigo dos números anteriores disporão de dois dias, a contar daquele em que receberam o convite, para enviarem à FPX a sua inscrição na competição.
5. A FPX poderá promover as substituições, desde que em tempo útil.

ARTIGO 53 - (Candidatura à organização e realização de competições)

1. Logo que conhecido o calendário da época, poderão ser apresentadas à Direcção da FPX candidaturas para a organização e realização de competições.
2. A Direcção da FPX poderá aprovar um regulamento para o efeito.

CAPÍTULO VII - HOMOLOGAÇÃO DAS COMPETIÇÕES

ARTIGO 54 - (Homologação das competições)

A homologação é o acto pelo qual a FPX, aceitando que em dada competição se observaram as normas prescritas neste Regulamento, declara reconhecer os resultados nela produzidos. Para efeitos do sistema de rating Elo da FPX, serão considerados os resultados das partidas efectivamente jogadas, mesmo que esses resultados venham a ser alterados em virtude de qualquer aspecto relacionado com desrespeito regulamentar ou outro motivo que leve a direcção da prova a proceder a essa alteração.

ARTIGO 55 - (Processo de homologação)

1. A homologação deverá ser requerida pela Entidade Organizadora da competição.
2. O requerimento, que será acompanhado do relatório da competição, terá de ser feito dentro dos cinco dias úteis seguintes ao da conclusão da mesma.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o requerimento de homologação de uma competição organizada por uma Associação Territorial deverá ser enviado à FPX acompanhado do regulamento da competição.
4. O requerimento de homologação de uma prova em processo de oficialização será enviado pela Entidade Organizadora à FPX, com conhecimento à Associação Territorial respectiva.
5. Dentro dos dez dias seguintes ao do recebimento de um requerimento na FPX, esta comunicará à Entidade Organizadora a sua decisão sobre o assunto.



6. A recusa da homologação deverá ser fundamentada.
7. Sem prejuízo do disposto no nº 8, da homologação de uma competição não há recurso.
8. No prazo de um ano após a homologação de uma competição, pode a mesma ser reversível caso sejam provados factos que o justifiquem.
9. A Federação Portuguesa de Xadrez publicará, anualmente, a relação de todas as competições homologadas durante a época anterior.
10. Taxas de homologação:
 - a) As taxas de homologação por jogador nas provas individuais e por equipas nas provas colectivas serão fixadas pela Direcção da FPX.
 - b) Em competições com desdobramento, ou com mais de uma volta, a taxa de homologação é aplicada por cada uma das fases em que um jogador ou equipa participar.
 - c) Os valores das taxas de homologação revertem para a FPX e devem acompanhar a entrega do processo de homologação de cada torneio, sem os quais este não poderá ser homologado.
 - d) O não cumprimento destas normas por parte dos participantes não isenta a entidade organizadora da responsabilidade integral dos compromissos perante a FPX.

PARTE III - TÍTULOS

ARTIGO 56 - (Títulos atribuídos em competições)

A FPX atribuirá em cada época o título de Campeão Nacional Absoluto, Campeã Nacional Feminina, Campeão Nacional de Veteranos, Campeão Nacional Absoluto Jovem de Sub-08, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20, Campeã Nacional Jovem de Sub-08, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20, Campeão Nacional de Partidas Semi-rápidas, Campeã Nacional Feminina de Partidas Semi-rápidas, Campeão Nacional de Veteranos de Partidas Semi-Rápidas, Campeão Nacional Absoluto Jovem de Sub-08, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20 de Partidas Semi-rápidas, Campeã Nacional Jovem de Sub-08, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20 de Partidas Semi-rápidas, Campeão Nacional de Partidas Rápidas, Campeã Nacional Feminina de Partidas Rápidas, Campeão Nacional de Veteranos de Partidas Rápidas, Campeão Nacional Absoluto Jovem de Sub-08, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20 de Partidas Rápidas, Campeã Nacional Jovem de Sub-08, Sub-10, Sub-12, Sub-14, Sub-16, Sub-18 e Sub-20 de Partidas Rápidas, Campeão Nacional de Partidas Semi-rápidas por Equipas, Campeão Nacional de Partidas Rápidas por Equipas, Campeão Nacional Jovem de Partidas Semi-Rápidas por Equipas e Campeão Nacional Jovem de Partidas Rápidas por Equipas, Campeão Nacional de Equipas da 1ª Divisão, Campeão Nacional de Equipas da 2ª Divisão e Campeão Nacional de Equipas da 3ª Divisão.

ARTIGO 57 - (Título de Mestre Nacional)

1. A Federação Portuguesa de Xadrez, atribuirá o título de Mestre Nacional aos jogadores que:
 - a) Em seis períodos de classificação, sejam classificados com o mínimo de 2.200 pontos de classificação activa;
 - b) Sejam candidatos a Mestre e obtenham no Campeonato Nacional Absoluto ou no Torneio de Mestres uma performance superior a 2 300 pontos ELO;
 - c) Sejam vencedores do Nacional Individual Absoluto ou do Torneio de Mestres;
 - d) Que obtenham o título de Mestre FIDE, Mestre Internacional, ou Grande Mestre.
2. Para os efeitos da alínea b) do nº anterior, consideram-se as pontuações dos jogadores participantes na lista em vigor à data do início da competição.
3. Em cada época são considerados candidatos a Mestre os jogadores que tenham uma classificação activa mínima de 2.200 pontos na lista referente ao fim da época anterior.



4. O Título de Mestre Nacional é vitalício.

PARTE IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 58 - (Protestos)

1. Todo o participante poderá protestar por qualquer irregularidade cometida na competição, junto da direcção da prova ou da arbitragem, conforme a natureza da irregularidade.
2. O protesto terá de ser reduzido a escrito e entregue à direcção de prova ou a arbitragem, até ao final da prova em questão e enviado em formato digital por correio electrónico para a FPX no prazo de um dia útil.
3. No caso de jogos de competições colectivas que se distribuem por diferentes pontos do país (Taça de Portugal, 2ª e 3ª Divisões dos Campeonatos Nacionais de Equipas), uma equipa tem o prazo de um dia útil para apresentar protesto à Direcção de Prova e a FPX, por escrito e enviado em formato digital por correio electrónico. A Direcção de Prova terá três dias para decidir o protesto, e dele dar conhecimento aos interessados (todas as equipas que disputam a prova).
4. Todos os Protestos terão de ser acompanhados duma caução equivalente a 150,00€, em numerário ou cheque em ordem da FPX, a qual será devolvida se o recurso obtiver provimento.

ARTIGO 59 - (Recursos)

1. Comité de Apelo
 - a) Das decisões da Direcção de Prova e da Arbitragem que tenham implicações directas no decurso de uma competição há recurso para o Comité de Apelo. O recurso deverá ser enviado para a FPX no prazo de três dias a contar da data em que for conhecida a decisão que lhe der origem. Acompanhará o recurso uma caução igual a 100,00 €. Esta será devolvida no caso de o mesmo ser julgado procedente.
 - b) O Comité de Apelo é constituído por 3 a 5 pessoas, das quais uma é nomeada presidente e goza de voto de qualidade. Haverá suplentes para obviar a casos em que haja interesses próprios envolvidos.
 - c) Compete à Direcção de Prova a constituição do Comité de Apelo. Este deverá ser composto por diversos agentes, entre eles: Jogadores, Dirigentes e Árbitros.
 - d) O Comité de Apelo deverá decidir com a celeridade possível e em tempo útil na relação com o decorrer da competição, no prazo máximo de quinze dias.
 - e) Das decisões do Comité de Apelo não há recurso.
2. Da não oficialização de uma prova e da aplicação de penas disciplinares cabe recurso no âmbito da FPX.

ARTIGO 60 - (Alterações e revisão deste Regulamento)

1. Quaisquer alterações a este regulamento terão que ser feitas pelo menos trinta dias antes do início de uma época e o novo regulamento estará em vigor durante, pelo menos, uma época.
2. Qualquer ultrapassagem ao ponto 1 deste artigo só pode ser feita em condições de extrema urgência e em reunião de Direcção expressamente convocada para o efeito, exigindo neste caso qualquer alteração ao regulamento uma maioria de dois terços dos elementos presentes.
3. Todos os pontos omissos serão decididos em sede da Direcção da FPX.



REGULAMENTO DE COMPETIÇÕES
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ
Aprovado a 31 de agosto de 2013

ARTIGO 61 - (Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor a 15 de outubro de 2013.

ARTIGO 62 - (Revogação dos regulamentos anteriores)

O presente Regulamento revoga todas as disposições contidas nos anteriores Regulamentos de Competições e Filiações e ELO FPX.